

**SANTA CASA DA  
MISERICÓRDIA  
DE ÉVORA**

**Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2017**

---

## Índice

Balanço .....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
Anexo .....	8
1. Identificação da Entidade .....	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	9
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	9
3.1. Bases de Apresentação .....	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	19
5. Ativos Fixos Tangíveis .....	19
6. Ativos Intangíveis.....	21
7. Inventários .....	22
8. Rédito.....	23
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	23
10. Ativos Biológicos.....	24
11. Benefícios dos empregados.....	25
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	26
13. Outras Informações .....	26
13.1. Investimentos Financeiros .....	26
13.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros .....	27
13.3. Clientes e Utentes.....	27
13.4. Outros Ativos Correntes .....	28
13.5. Diferimentos .....	28
13.6. Caixa e Depósitos Bancários .....	29
13.7. Fundos Patrimoniais .....	29
13.8. Fornecedores .....	29
13.9. Estado e Outros Entes Públicos .....	29
13.10. Outros Passivos Correntes .....	30
13.11. Subsídios, doações e legados à exploração .....	30
13.12. Fornecimentos e serviços externos .....	31
13.13. Outros rendimentos .....	32

13.14.Outros gastos .....	32
13.15.Mapa das Valências e de Outras Atividades da Entidade.....	33
13.16.Acontecimentos após data de Balanço .....	34

## Balanço

### SANTA CASA DA MISERICORDIA DE EVORA

#### BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	3 484 608,84	3 575 566,73
Ativos biológicos	10	54 379,85	175 990,97
Bens do património histórico e cultural	5	192 293,78	113 080,65
Ativos intangíveis	6	65,26	2 191,57
Investimentos financeiros	13.1	1 641 941,02	1 477 035,24
Subtotal		5 373 288,75	5 343 865,16
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	62 456,42	57 015,09
Ativos biológicos	10	-	685,20
Créditos a receber - Utentes e Clientes	13.3	2 128 055,56	1 276 181,23
Estado e outros Entes Públicos	13.9	20 347,56	17 341,50
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.2	10 822,50	11 505,25
Outros ativos correntes	13.4	492 149,52	224 173,89
Diferimentos	13.5	10 878,31	14 406,53
Caixa e depósitos bancários	13.6	4 250 019,71	3 679 527,57
Subtotal		6 974 729,58	5 280 836,26
<b>Total do Ativo</b>		<b>12 348 018,33</b>	<b>10 624 701,42</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>	13.7	<b>8 662 788,71</b>	<b>8 171 814,92</b>
Fundos		831 793,46	831 793,46
Resultados transitados		5 795 870,90	5 255 612,15
Ajustamentos /Outras variações nos fundos patrimoniais		2 035 124,35	2 084 409,31
Resultado Líquido do período		358 024,32	540 258,75
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>9 020 813,03</b>	<b>8 712 073,67</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13.8	2 535 963,76	1 437 142,61
Estado e outros entes públicos	13.9	59 070,00	50 244,28
Diferimentos	13.5	353 002,99	19 932,65
Outros passivos correntes	13.10	379 168,55	405 308,21
Subtotal		3 327 205,30	1 912 627,75
<b>Total do passivo</b>		<b>3 327 205,30</b>	<b>1 912 627,75</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>12 348 018,33</b>	<b>10 624 701,42</b>

21 de fevereiro 2018

CONTABILISTA CERTIFICADA Nº 17027

MESA ADMINISTRATIVA

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	9 387 774,43	8 686 846,73
Subsídios, doações e legados à exploração	9/13.11	1 340 230,55	1 241 655,84
Variação nos inventários da produção	7	(148 857,14)	18 388,86
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(395 447,09)	(373 784,79)
Fornecimentos e serviços externos	13.12	(8 112 705,38)	(7 572 113,56)
Gastos com o pessoal	11	(2 024 462,97)	(2 037 332,74)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.3	(1 531,62)	403,57
Aumentos/reduções de justo valor	10	26 560,82	(1 655,34)
Outros rendimentos	13.13	471 545,01	760 031,25
Outros gastos	13.14	(52 174,10)	(46 999,58)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>490 932,51</b>	<b>675 440,24</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	(132 908,19)	(135 181,49)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>358 024,32</b>	<b>540 258,75</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>358 024,32</b>	<b>540 258,75</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>358 024,32</b>	<b>540 258,75</b>

21 de fevereiro 2018

CONTABILISTA CERTIFICADA Nº 17027

MESA ADMINISTRATIVA

## Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016</b>	1	<b>831 793,46</b>	<b>5 087 175,07</b>	<b>2 135 189,07</b>	<b>168 437,08</b>	<b>8 222 594,68</b>	<b>8 222 594,68</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			168 437,08	-54 308,05	-168 437,08	-54 308,05	-54 308,05
	2		<b>168 437,08</b>	<b>-54 308,05</b>	<b>-168 437,08</b>	<b>-54 308,05</b>	<b>-54 308,05</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3				540 258,75	540 258,75	540 258,75
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	4=2+3				<b>371 821,67</b>	<b>485 950,70</b>	<b>485 950,70</b>
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>							
Subsídios, Doações e Legados				3 528,29		3 528,29	3 528,29
	5			<b>3 528,29</b>		<b>3 528,29</b>	<b>3 528,29</b>
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016</b>	6=1+2+3+5	13.7	<b>831 793,46</b>	<b>5 255 612,15</b>	<b>2 084 409,31</b>	<b>540 258,75</b>	<b>8 712 073,67</b>

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017</b>	6	13.7	<b>831 793,46</b>	<b>5 255 612,15</b>	<b>2 084 409,31</b>	<b>540 258,75</b>	<b>8 712 073,67</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			540 258,75	-53 895,07	-540 258,75	-53 895,07	-53 895,07
	7		<b>540 258,75</b>	<b>-53 895,07</b>	<b>-540 258,75</b>	<b>-53 895,07</b>	<b>-53 895,07</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8				358 024,32	358 024,32	358 024,32
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	9=7+8				<b>-182 234,43</b>	<b>304 129,25</b>	<b>304 129,25</b>
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>							
Subsídios, Doações e Legados				4 610,11		4 610,11	4 610,11
	10			<b>4 610,11</b>		<b>4 610,11</b>	<b>4 610,11</b>
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017</b>	11=6+7+8+10	13.7	<b>831 793,46</b>	<b>5 795 870,90</b>	<b>2 035 124,35</b>	<b>358 024,32</b>	<b>9 020 813,03</b>

21 fevereiro de 2018

Mesa Administrativa

Contabilista Certificada 17027

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		8 489 779,83	8 668 401,09
Pagamentos de apoios		(4 920,62)	(2 064,14)
Pagamentos de bolsas		(13 661,70)	(12 300,00)
Pagamento a fornecedores		(7 352 896,42)	(7 795 400,62)
Pagamentos ao pessoal		(1 999 544,29)	(2 039 835,88)
Caixa gerada pelas operações		(881 243,20)	(1 181 199,55)
Outros recebimentos/pagamentos		1 383 219,26	1 228 876,92
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		501 976,06	47 677,37
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(117 056,85)	(23 206,79)
<i>Investimentos financeiros</i>		(202 059,44)	(601 596,10)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>			1 424 170,00
<i>Investimentos financeiros</i>		57 985,59	500 310,97
<i>Juros e rendimentos similares</i>		16 684,66	118 886,21
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(244 446,04)	1 418 564,29
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<i>Doações</i>	13.11	13 843,04	6 925,49
<i>Outras operações de financiamento</i>		272 358,35	304 488,57
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		286 201,39	311 414,06
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		3 679 527,57	1 901 871,85
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	13.6	<b>4 250 019,71</b>	<b>3 679 527,57</b>

21 de fevereiro 2018

CONTABILISTA CERTIFICADA Nº 17027

MESA ADMINISTRATIVA

## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

---

**SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ÉVORA tem sede na Rua Mendo Estevens nº 6 em Évora registada com o contribuinte nº 500 745 846 é considerada Instituição Particular de Solidariedade Social conforme publicação em Diário da República n.º 46-1 Série - de 25/2/83.**

As irmandades da Misericórdia encontram-se regulamentadas nos Artigos 68º a 71º dos Estatuto e são instituições constituídas na Ordem jurídica canónica com a finalidade de satisfazer carências sociais, e de praticar atos de culto católico, de acordo com os princípios da doutrina e moral cristãs, sendo constituída como associações de fieis.

É nesse sentido que a atividade da Instituição é composta com valências de apoio social e canónico através dos serviços prestados aos irmãos:

Recolhimento Ramalho Barahona; Lar N.º. Sr.ª Visitação; Creche Rainha D. Leonor; Apoio Domiciliário e Culto Desenvolve ainda atividades de comércio de produtos farmacêuticos (FARMÁCIA) e prestação de serviços de cuidados de saúde e exames de diagnóstico complementar, em parceria celebrada através de contrato com a sociedade H M E -Gestão Hospitalar, S.A., sendo através destas atividades que suporta as atividades deficitárias de cariz social.

A receita de imóveis é outra das componentes positivas da Instituição, obtida através de legados de beneméritos ao longo dos séculos da sua existência.

A estas irmandades é aplicável, diretamente o regime jurídico do estatuto das IPSS, sem prejuízo das sujeições canónicas que lhe são próprias, incluindo as disposições referentes às associações de solidariedade social.

Foi efetuado o registo dos Estatutos desta Instituição nos termos do art.º 3º do Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de julho, publicado no Diário da República n.º168 - 1 Série - de 23/7/83, na Direcção-Geral da Ação Social, no Livro n.º 1 das Irmandades da Misericórdia sob o n.º 11/81, a folhas 11 verso e 12 em 06/11/81.

A Instituição goza das isenções e regalias que o citado Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro concede às Instituições Particulares de Solidariedade Social.



## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

2.1- As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), nomeadamente:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições da NCRF – ESNL.

2.3- Foram ajustadas no período anterior as quantias referente a Adiantamento de Clientes -ver nota 13.4, adiantamentos de fornecedores -ver nota 13.10 e ainda os valores de outros ativos financeiros -ver nota 13.4. Estes ajustes não põem em causa o princípio da comparabilidade e tem por base o cumprimento do normativo aplicável.

## 3. Principais Políticas Contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### 3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” (Notas 13.4 e 13.10) e “*Diferimentos*” (Nota 13.5)

### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas, por parte dos utentes, com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	12,5
Equipamento de transporte	8
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	8

A Entidade aplica ainda o regime de duodécimos para as aquisições a partir do corrente ano, mantendo-se as taxas de depreciações aos bens adquiridos em períodos anteriores.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

As “Propriedades de Investimento” estão registadas pelo custo histórico e por força da norma aplicável a partir de 2016- Norma 7, aliena 5 - são reconhecidas como ativos fixos tangíveis.

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### **3.2.2. Bens do património histórico e cultural**

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos, se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem, têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes são depreciáveis à mesma taxa do bem onde estão incorporados.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.3. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

#### **3.2.4. Investimentos financeiros**

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou *Negative Goodwill* quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* a existir, encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade.

Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

#### **3.2.5. Inventários**

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado nas mercadorias sendo usual a aplicação do FIFO (*first in, first out*) nas matérias primas, respeitando assim os prazos de validade.

Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### **3.2.6. Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.7. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;



- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.8. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.9. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” a **existirem** são registados no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo.

A capitalização destes encargos só se inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido.

Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### Locações

Caso a Entidade venha a celebrar este tipo de contratos de locações (*leasing*) serão classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações são classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, impõe-se a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

### **3.2.10. Ativos Biológicos**

As Demonstrações Financeiras devem refletir os efeitos da transformação biológica, representados pelas as alterações do justo valor dos ativos biológicos.

O modelo do custo não reflete os efeitos da transformação biológica devido à diferença entre a fase inicial e a fase da colheita. Sempre que aplicação do justo valor não seja fiavelmente mensurado os ativos são valorizados ao custo histórico menos as depreciações acumuladas.

Os ativos biológicos subdividem-se em consumíveis e de produção.

Na classe de Ativos Biológicos de Produção a Administração optou por não registar ao seu justo valor por entender que, face à natureza dos ativos em avaliação, a determinação daquele depende de pressupostos que poderão não ser fiavelmente apurados, e consequentemente o eventual justo valor não seria mensurado com fiabilidade. Estão nesta classe os Ativos Biológicos classificados em POC no Imobilizado Corpóreo, nomeadamente o Montado Novo - (reflorestação ao abrigo projeto Ruris).

É no entanto convicção da Mesa Administrativa, com base em alguns indicadores, que com a política seguida de registo dos ativos biológicos ao custo de aquisição não resultam diferenças materialmente relevantes face ao seu registo ao justo valor.

Na classe dos Ativos Biológicos consumíveis, Pomar -Recolhimento e Cortiça pela valorização do fruto pendente, são mensurados ao justo valor deduzido dos custos estimados desde aí ao ponto de venda, tendo como ponto de base a qualidade do produto vendido aquando da última extração, a cotação no SIMA, e ainda as condições que o mercado atual paga.

#### 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

No presente ano a Entidade não alterou as suas políticas contabilísticas.

#### 5. Ativos Fixos Tangíveis

##### Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2016 e 2017, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

31 de dezembro de 2016

	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo 31-dez-2016
<b>Custo</b>						
Bens moveis	-	2 377,34	-	-	-	2 377,34
Igreja	103 677,55	-	-	-	-	103 677,55
<b>Total</b>	<b>103 677,55</b>	<b>2 377,34</b>	-	-	-	<b>106 054,89</b>

	Saldo em 01-jan-2017	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-dez-2017	
<b>Ativos tangíveis em curso</b>					
Igreja -Conservação		7 025,76		7 025,76	
<b>Total</b>	-	<b>7 025,76</b>	-	<b>7 025,76</b>	<b>2</b>

  

	<b>3 = 1+2</b>
Valor do Ativo	113 080,65
	<b>3</b>

31 de dezembro de 2017

	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2017
<b>Custo</b>						
Bibliotecas		558,80				558,80
Igreja	103 677,55	-	-		-	103 677,55
Bens móveis	2 377,34	4 277,89	-	-	-	6 655,23
<b>Total</b>	<b>106 054,89</b>	<b>4 836,69</b>	-	-	-	<b>110 891,58</b>

	Saldo em 01-jan-2017	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-dez-2017	
<b>Ativos tangíveis em curso</b>					
<b>Custo</b>					
Igreja -Conservação	7 025,76	74 376,44	-	81 402,20	
<b>Total</b>	<b>7 025,76</b>	<b>74 376,44</b>	-	<b>81 402,20</b>	<b>2</b>

  

	<b>3 = 1+2</b>
Valor do Ativo	192 293,78
	<b>3</b>

O valor dos ativos em curso corresponde ao início do projeto no âmbito da candidatura nº ALT20-08-2114-FEDER -0000053, designada por Igreja da Misericórdia- Valorização do Património, incluída nos programas de apoios comunitários da União Europeia -Portugal2020-Alentejo2020 .

O total do investimento elegível aprovado atinge o montante de 464.181,19, sendo 47387,50 de despesa em que o subsidio é registado na nota 9, e o restante valor como valorização do ativo constante da presente nota. A comparticipação a fundo perdido será de 75% no montante global de 348 135,90.

No presente ano a taxa de execução foi de 19,96%, no valor global de 92.672,44 euros, dividido em 18.296,00 de despesa (subsidio correspondente de 13.275,27 -nota 9) e 74.376,44 de obra em curso (presente nota ).

Foram efetuados dois pedidos de pagamento tendo já sido recebido o valor do 1º pedido de pagamento no montante de 29.760,73.

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2016

	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações		Saldo em 31-dez-2016
<b>Custo Histórico</b>							
Propriedades de Investimento	547 457,12						547 457,12
Terrenos e recursos naturais	82 040,00	-	-	-	-		82 040,00
Edifícios e outras construções	4 428 401,11		-		-		4 428 401,11
Equipamento básico	875 166,81	10 496,38	(556,80)		-		885 106,39
Equipamento de transporte	106 449,63				-		106 449,63
Equipamento administrativo	341 570,93	3 126,74	(585,55)		-		344 112,12
Outros Ativos fixos tangíveis	46 236,75	2 144,00					48 380,75
<b>Total</b>	<b>6 427 322,35</b>	<b>15 767,12</b>	<b>(1 142,35)</b>	-	-	<b>1</b>	<b>6 441 947,12</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Propriedades de Investimento	229 101,20	9 861,03					238 962,23
Edifícios e outras construções	1 209 810,30	100 708,88					1 310 519,18
Equipamento básico	826 858,17	13 394,22	(556,80)				839 695,59
Equipamento de transporte	97 097,13	2 494,00					99 591,13
Equipamento administrativo	334 727,22	3 198,83	(585,55)				337 340,50
Outros Ativos fixos tangíveis	39 635,16	1 386,39					41 021,55
<b>Total</b>	<b>2 737 229,18</b>	<b>131 043,35</b>	<b>(1 142,35)</b>	-	-	<b>2</b>	<b>2 867 130,18</b>

	Saldo em 01-jan-2016	Aumentos	Reduções	Saldo 31-dez-2016
<b>Ativos tangíveis em curso</b>				
Edifícios e outras construções				-
-Ampliação Ramalho Barahona		749,79		749,79
<b>Total</b>	-	<b>749,79</b>	-	<b>749,79</b>

<b>4 = 1-2+3</b>
Valor do Ativo
<b>3 575 566,73</b>

31 de dezembro de 2017

	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações		Saldo em 31-dez-2017
<b>Custo Histórico</b>							
Propriedades de Investimento	547 457,12				-		547 457,12
Terrenos e recursos naturais	82 040,00				-		82 040,00
Edifícios e outras construções	4 428 401,11				-		4 428 401,11
Equipamento básico	885 106,39	19 183,25			-		904 289,64
Equipamento de transporte	106 449,63	11 500,00			-		117 949,63
Equipamento administrativo	344 112,12	7 719,15			-		351 831,27
Outros Ativos fixos tangíveis	48 380,75	1 264,99			-		49 645,74
<b>Total</b>	<b>6 441 947,12</b>	<b>39 667,39</b>	-	-	-	<b>5</b>	<b>6 481 614,51</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Propriedades de Investimento	238 962,23	9 861,03					248 823,26
Edifícios e outras construções	1 310 519,18	100 708,88			-		1 411 228,06
Equipamento básico	839 695,59	11 558,88		156,60	-		851 097,87
Equipamento de transporte	99 591,13	4 087,75			-		103 678,88
Equipamento administrativo	337 340,50	3 089,13			-		340 429,63
Outros Ativos fixos tangíveis	41 021,55	1 476,21			-		42 497,76
<b>Total</b>	<b>2 867 130,18</b>	<b>130 781,88</b>	-	156,60	-	<b>6</b>	<b>2 997 755,46</b>

31 de dezembro de 2017

2 997 755,46

	Saldo em 01-jan-2017	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-dez-2017
<b>Ativos tangíveis em curso</b>				
Edifícios e outras construções	-			-
-Ampliação Ramalho Barahona	749,79			749,79
<b>Total</b>	<b>749,79</b>	-	-	<b>749,79</b>

8 = 5-6+7

Valor do Ativo  
**8** 3 484 608,84

Não houve qualquer evolução nos gastos do projeto de melhoramento, requalificação e ampliação do edifício e envolventes do Recolhimento Ramalho Barahona.

## 6. Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada nos períodos de 2016 e 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de dezembro de 2016

	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-dez-2016
<b>Custo</b>					
Programas de Computador	49 122,06	102,08	-		49 224,14
<b>Total</b>	<b>49 122,06</b>	<b>102,08</b>	-	-	<b>49 224,14</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Programas de Computador	42 894,43	4 138,14	-		47 032,57
<b>Total</b>	<b>42 894,43</b>	<b>4 138,14</b>	-	-	<b>47 032,57</b>
<b>Valor do Ativo</b>					<b>2 191,57</b>

31 de dezembro de 2017

	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-dez-2017
<b>Custo</b>					
Programas de Computador	49 224,14		-		49 224,14
<b>Total</b>	<b>49 224,14</b>	-	-	-	<b>49 224,14</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Programas de Computador	47 032,57	2 126,31	-		49 158,88
<b>Total</b>	<b>47 032,57</b>	<b>2 126,31</b>	-	-	<b>49 158,88</b>
<b>Valor do Ativo</b>					<b>65,26</b>

## 7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	62 786,39	361 632,53	(1 094,76)	56 299,66	395 606,86	(2 571,49)	61 669,43
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	725,10	6 615,61		715,43	7 727,90		786,99
Ativos Biológicos	-	135,01		-	125,15		-
<b>Total</b>	<b>63 511,49</b>	<b>368 383,15</b>	<b>(1 094,76)</b>	<b>57 015,09</b>	<b>403 459,91</b>	<b>(2 571,49)</b>	<b>62 456,42</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				373 784,79			395 447,09
Variações nos inventários da produção				18 388,86			(148 857,14)

Dado a extração da cortiça da Herdade do monte Novo da Ribeira regista-se um decréscimo do fruto pendente face ao ano anterior no valor de 148.857,14 euros.

## 8. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas mercadorias	557 671,17	537 379,95
Vendas de biológicos consumíveis	134 531,10	505,15
Vendas de resíduos	174,90	87,42
Prestação de Serviços	8 695 397,26	8 148 874,21
Quotas dos utilizadores	1 237 314,76	1 207 473,88
Quotas e Jóias	25 238,50	24 891,50
Promoções para captação de recursos	118,00	402,40
Prestação de Serviços de saúde	7 428 307,78	6 913 690,82
Prestação serviços secundários	4 418,22	2 415,61
<b>Total</b>	<b>9 387 774,43</b>	<b>8 686 846,73</b>

## 9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

### 9.1 – Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo”:

Descrição	2017	2016	Fluxo financeiro em 2017	
			Total aprovado	Recebido
<b>Subsídios do Governo</b>	<b>1 293 275,23</b>	<b>1 219 282,34</b>		
Infancia e Juventude	105 122,79	88 288,09	105 122,79	105 122,79
Terceira Idade	1 136 182,44	1 075 186,75	1 136 182,44	1 110 177,09
Apoio social	51 970,00	55 807,50	51 970,00	47 825,00
<b>Subsídios do Governo</b>	<b>33 075,38</b>	<b>15 366,71</b>		
Projeto Ruris	2 982,61	2 983,81	2 982,61	-
IEFP	16 817,50	12 382,90	26 097,90	19 538,50
Feder- Igreja a)	13 275,27	-	35 540,63	7 933,50
<b>Total</b>	<b>1 326 350,61</b>	<b>1 234 649,05</b>		
<b>Doações e heranças ( nota 13.11 )</b>	<b>13 879,94</b>	<b>7 006,79</b>		<b>13 879,94</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1 340 230,55</b>	<b>1 241 655,84</b>		

a) Nota explicativa incluída na nota 5

## 9.2 – Subsídios ao investimento

Subsidio atribuído à Entidade, a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis, atribuído no âmbito do PIDDAC para construção do ativo “Hospital”, conforme mapa infra, sendo que a sua aprovação e recebimento ocorreu em anos transatos:

Investimento		Depreciação do exercício			LIQUIDO
Descrição	Valor	Taxa	do exercício	Acumulada	
Hospital Misericórdia	2 785 439,96	2%	55 708,80	883 264,50	1 902 175,46
Subsidio PIDDAC	1 917 169,62	2%	38 343,36	613 494,12	1 303 675,50

## 10. Ativos Biológicos

### Ativos Biológicos de Produção

Ativos mensurados ao custo menos depreciação acumulada conforme paragrafo 31 da NCRF 17, corresponde ao Montado plantado ao abrigo do projeto Ruris, não tendo tido qualquer amortização por estar em fase de crescimento não tendo por isso atingido a maturidade para produção.

### Ativos Biológicos consumíveis

Ativos mensurados ao justo valor conforme paragrafo 13 da NCRF 17, discriminado por categorias como segue:

- a) Fruto pendente pomar – Dado a irrelevância da utilização dos produtos provenientes da horta não foi feita qualquer valorização , registando-se por isso um impacto negativo como perda do justo valor de 685,20euros.
- b) Plantas cortiça (5.666,66 euros) - O método utilizado para valorização do fruto pendente é feito pelo sistema de nonos à data da valorização tendo em conta a projeção da quantidade de arrobas da última tiragem de cortiça.

Em face da tiragem e venda da cortiça da Herdade da Teixeira que ocorreu no ano de 2015, foi registado o segundo nono, tendo por base o valor da ultima venda, ou seja uma produção de 750 arrobas ao preço unitário de 34.00, resultando assim um reconhecimento de 5.666,66 euros.



No presente ano, e tal como previsto, procedeu-se à tiragem da produção da Herdade do Monte Novo da Ribeira. O valor global da receita atingiu 134 352,00, correspondendo à pesagem de 6.054,67 arrobas negociadas a 22,00 euros / arroba e ainda a 574,67 arrobas de bocados negociados a 2.00 euros/arroba.

Salientamos ainda que se continuar a verificar o decréscimo na produção em cerca de 24%, tendo como consequência o registo de uma variação de produção negativa de 1.945,33 arrobas, compensado parcialmente pelo aumento do justo valor no preço negociado, cujo impacto positivo se registou por 27.246,02 euros.

Assim o valor global inscrito nas demonstrações financeiras atinge 26 560,82 euros sendo aumento pelo valor de 27.246,02 referente à cortiça, e 685.20 de diminuição do justo valor referente à horta/pomar.

Transcreve-se no mapa infra a posição destes Ativos:

### Activos Biológicos

DESCRIÇÃO	2017				2017		2016		
	Valor	Arrobas	Valor líquido	Nono	Valor Final	Custo	Venda	Valor	Nonos
Produção - Herdade do Trambolho	-	-	-	-		-	-	-	-
Reflorestação sobreiros	48 713,19	-	-	-	48 713,19		-	48 713,19	-
Consumíveis	-	-	-	-		-	-		-
Plantas Horta	-	-	-	-		125,15	179,10	685,20	-
Cortiça valor arroba	-	-	-	-		-	-		-
Herdade da Teixeira -início em 2016	34,00	750,00	25 500,00	2 833,33	5 666,66	-	-	2 833,33	
Monte Novo Ribeira -tiragem em 2017					-	-	134 352,00	124 444,44	15 555,56
<b>Total</b>					<b>54 379,85</b>	<b>125,15</b>	<b>134 531,10</b>	<b>176 676,17</b>	<b>15 555,56</b>

## 11. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais de gestão, nos períodos de 2017 e 2016, foram **9 elementos**.

**Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.**

A compensação de despesas e deslocações dos órgãos sociais atingiu o valor de 5.872,49, conforme discriminação na nota 13.12

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade :

-31/12/2016 foi de "155"

-31/12/2017 foi de "150"

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao Pessoal	1 641 544,78	1 664 742,90
Indemnizações	835,26	154,99
Encargos sobre as Remunerações	336 892,62	336 539,47
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10 839,72	9 957,15
Outros Gastos com o Pessoal	34 350,59	25 938,23
<b>Total</b>	<b>2 024 462,97</b>	<b>2 037 332,74</b>

## 12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

### 13.1. Investimentos Financeiros

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>	<b>1 641 391,62</b>	<b>1 476 485,84</b>
Detidos até à maturidade -Outros Métodos		
Mapfre	1 637 982,92	1 474 510,99
FCT-Fundo Compensação Trabalho	3 408,70	1 974,85
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>549,40</b>	<b>549,40</b>
Custo historico	549,40	549,40
<b>Total</b>	<b>1 641 941,02</b>	<b>1 477 035,24</b>

**13.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros**

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Quotas	10 822,50	11 505,25
<b>Total</b>	<b>10 822,50</b>	<b>11 505,25</b>

**13.3. Clientes e Utentes**

A 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica “*Clientes e Utentes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016	
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>2 128 055,56</b>	<b>1 276 181,23</b>	
Clientes	2 085 519,40	1 242 873,52	
.Farmácia	26 041,75	23 491,77	
H.M.E.Subsistemas	2 059 477,65	1 219 381,75	
Utentes- Valência social	38 668,65	30 563,75	
Outras atividades .cozinha	3 867,51	2 743,96	
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	<b>1 531,62</b>	<b>1 466,92</b>	<b>Incobráveis -b)</b>
Utentes	1 531,62	1 466,92	8369,48
<b>Total</b>	<b>2 129 587,18</b>	<b>1 277 648,15</b>	<b>8369,48</b>

b) nota 13.14

Total de faturas emitidas em dívida	2017	2016
<b>Clientes</b>		
H.M.E.Subsistemas-	-	65 130,54
<b>Total dos saldos da presente nota e da 13.4</b>	<b>-</b>	<b>65 130,54</b>

Estão registadas as seguintes “*Perdas por Imparidade*”:

Perdas por Imparidade acumulada	2017				
	2017	2016	Reforço= 1	Utilização	Reversão=2
Utentes	1 531,62	1 466,92	1 531,62	1 466,92	
<b>Total</b>	<b>1 531,62</b>	<b>1 466,92</b>	<b>1 531,62</b>	<b>1 466,92</b>	<b>-</b>
<b>Total Ativo Clientes e Utentes</b>	<b>2 128 055,56</b>	<b>1 276 181,23</b>	<b>3=2-1 -</b>	<b>1 531,62</b>	

**13.4. Outros Ativos Correntes**

A rubrica “*Outros ativos correntes*” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	1 127,36	1 505,04
Devedores por acréscimos de rendimentos	29 910,47	16 425,31
<b>Outros Devedores</b>	<b>425 759,41</b>	<b>171 082,87</b>
Inquilinos conta corrente	24 819,40	47 623,91
Fornecedores	327,75	170,76
Outros não especificados	901,23	1 313,46
Adiantamentos a fornecedores -a)		2 200,00
ISS- Acordos de cooperação	32 945,35	4 672,50
IEFP	11 269,01	17 974,60
		-
Projeto Ruris	2 982,61	2 983,81
P2020 - Feder-candidatura ALT-20-08-2114-00053	318 375,16	-
HME -Total gerados pelo acordo parceria	<b>34 138,90</b>	<b>94 143,83</b>
Débito despesas	34 138,90	29 013,29
Utentes-subsistema	-	65 130,54
<b>Subtotal</b>	<b>456 797,24</b>	<b>189 013,22</b>
<b>Outros Ativos Financeiros -a)</b>		
Aplicações de Tesouraria	35 352,28	35 160,67
<b>Total</b>	<b>492 149,52</b>	<b>224 173,89</b>

a) valor reajustado para a rubrica Outros ativos correntes

**13.5. Diferimentos**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	7 125,38	6 018,56
Outras despesas	3 752,93	8 387,97
<b>Total</b>	<b>10 878,31</b>	<b>14 406,53</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Outras Receitas	15 309,02	19 932,65
P2020-Feder	334 860,62	-
Rendas contratos rurais	2 833,35	-
<b>Total</b>	<b>353 002,99</b>	<b>19 932,65</b>

**13.6. Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	1 444,76	1 064,86
Depósitos à ordem	2 298 574,95	1 828 462,71
Depósitos a prazo	1 950 000,00	1 850 000,00
<b>Total</b>	<b>4 250 019,71</b>	<b>3 679 527,57</b>

**13.7. Fundos Patrimoniais**

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Transferências			Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
		Aumentos	Diminuições	Total			
Fundos	831 793,46	-	-	-	-	-	831 793,46
Resultados transitados	5 255 612,15	-	-	-	540 258,75	-	5 795 870,90
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 084 409,31	-	-	-	4 610,11	(53 895,07)	2 035 124,35
<b>Total</b>	<b>8 171 814,92</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>544 868,86</b>	<b>(53 895,07)</b>	<b>8 662 788,71</b>

**13.8. Fornecedores**

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	161 416,55	156 031,01
Fornecedores contrato Hospital	2 374 547,21	1 281 111,60
<b>Total</b>	<b>2 535 963,76</b>	<b>1 437 142,61</b>

**13.9. Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	20 347,56	17 341,50
<b>Total</b>	<b>20 347,56</b>	<b>17 341,50</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	8 097,89	2 351,34
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	11 787,02	11 491,29
Segurança Social	39 117,90	36 274,51
Outros Impostos e Taxas	67,19	127,14
<b>Total</b>	<b>59 070,00</b>	<b>50 244,28</b>

### 13.10. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
	Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>	<b>1 593,83</b>	-
<b>Adiantamento de clientes a)</b>	<b>3 215,60</b>	<b>11 583,50</b>
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	<b>916,97</b>	<b>3 703,41</b>
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>	<b>270 509,91</b>	<b>255 469,46</b>
<b>Outros credores</b>	<b>102 932,24</b>	<b>134 551,84</b>
Cauções/diversos	1 951,75	1 651,75
Sindicatos	6,65	6,40
Conta Utentes- Terceira Idade	95 956,02	127 647,52
Partilha renda- Herdade Clerigos	4 500,00	4 500,00
IGFSS-Acordos cooperação	517,82	-
Inquilinos cc	-	746,17
<b>Total</b>	<b>379 168,55</b>	<b>405 308,21</b>

a) valor reajustado para a rubrica Outros ativos correntes.

### 13.11. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
<b>Doações</b>	<b>13 879,94</b>	<b>7 006,79</b>
Em dinheiro	13 843,04	6 925,49
Em especie	36,90	81,30
<b>Total</b>	<b>13 879,94</b>	<b>7 006,79</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma detalhada na Nota 9.

**13.12. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” foi a seguinte :

<b>Rubricas</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Subcontratos	7 418 017,71	6 942 522,14
Gestão Hospitalar HME	7 080 467,78	6 598 437,82
Fornecimento refeições	308 285,63	317 448,97
Outros	29 264,30	26 635,35
Trabalhos Especializados	73 721,01	50 064,68
Publicidade e propaganda	3 586,74	4 591,77
Vigilância e segurança	5 689,07	3 104,56
Honorários	150 459,06	120 572,60
Comissões	4 429,00	3 630,17
Conservação e reparação	49 846,57	33 463,44
Serviços bancários	2 308,44	2 364,82
Fer. Utens. desgaste rápido	8 352,94	8 654,67
Livros e documentação técnica	10,90	375,00
Material de escritório	5 762,34	9 795,18
Artigos para Oferta	6 867,10	4 657,87
Material didático	1 586,85	1 913,90
Outros fornecimentos	1 407,82	993,05
Electricidade	70 185,64	70 363,85
Combustíveis	12 853,98	11 130,26
Água	22 680,05	17 017,04
Outros Fluídos	57 714,20	75 452,36
Deslocações e estadas pessoal		400,00
Transporte Pessoal	70,70	110,99
Deslocações e estadas órgãos sociais	5 872,49	3 437,83
Rendas e alugueres	13 440,88	13 146,17
Comunicação	22 947,56	23 394,06
Seguros	6 268,20	5 129,64
Contencioso e notariado	350,42	49,82
Despesas de representação	2 137,29	2 050,58
Limpeza higiene e conforto	45 463,55	48 507,68
Out.fornecimentos e serviços	4 502,85	4 735,75
Encargos com utentes	116 172,02	110 483,68
<b>TOTAL</b>	<b>8 112 705,38</b>	<b>7 572 113,56</b>
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Total FSE (excepto HME)</b>	<b>1 032 237,60</b>	<b>973 675,74</b>

### 13.13. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares, dos quais:	<b>19 220,25</b>	<b>16 564,89</b>
Descontos de pronto pagamento obtidos	11 712,12	7 868,11
Recuperação de dívidas a receber , dos quais:	5 160,29	324 273,05
Benefício acionamento garantia bancária	-	324 170,00
Ganhos em inventários	-	138,39
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	7,35	
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	310 070,62	306 943,02
Outros rendimentos e ganhos, dos quais:	<b>87 653,96</b>	<b>56 125,00</b>
Imputação de subsídios ao investimento/doações	53 895,07	54 308,05
<b>Subtotal</b>	<b>433 824,59</b>	<b>711 912,46</b>

Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	37 720,42	48 118,79
<b>Subtotal</b>	<b>37 720,42</b>	<b>48 118,79</b>
<b>TOTAL</b>	<b>471 545,01</b>	<b>760 031,25</b>

### 13.14. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	891,96	372,68
Descontos pagamento concedidos	1 817,17	5 959,52
Dívidas incobráveis, entre as quais de:	13 664,29	7 341,71
Utentes	8 369,48	5 241,71
Inquilinos	4 607,56	2 100,00
Perdas em inventários	841,50	1 213,62
Gastos com apoios a associados	4 920,62	2 064,14
Outros gastos e perdas, dos quais:	30 038,56	30 047,91
Donativos	16 661,70	13 032,75
Quotizações	5 974,45	5 274,06
<b>Total</b>	<b>52 174,10</b>	<b>46 999,58</b>



## 13.15. Mapa das Valências e de Outras Atividades da Entidade

	TOTAIS 2017	Creche	Recolhimento	Lar Nº Sra. Visitação	Apoio Domiciliário	Cantina Social	Farmácia	Hospital	Propriedades de Investimento	Culto-Eventos
Vendas	692 377	0	354	0	0	0	557 671	0	134 352	0
Quotizações dos irmãos	25 206	2 269	14 367	4 537	3 781	0	0	0	0	252
Quotas dos utilizadores	1 237 315	25 839	893 735	168 605	149 136	0	0	0	0	0
Outras receitas	7 432 877	433	100	0	49	0	3 869	7 428 308	0	118
Subsídios do Estado - valencia social	1 293 275	105 122	696 612	133 691	305 880	51 970	0	0	0	0
Donativos irmãos (inclui em espécie)	13 880	1 188	7 344	2 302	1 918	0	0	0	0	1 128
Subsídios IEFP à contratação	33 075	6 134	9 233	526	881	0	0	0	16 258	43
Ganhos por aumentos de justo valor	27 246	0	0	0	0	0	0	0	27 246	0
Imp.subsídios/doações investimento	53 895	356	10 146	454	11	0	0	38 343	4 584	1
Variação da produção	-148 857	0	0	0	0	0	0	0	-148 857	0
Outros rendimentos e ganhos	379 930	2 364	37 053	1 719	1 173	0	12 458	8 666	314 321	2 176
<b>Total dos Ganhos</b>	<b>11 040 219</b>	<b>143 705</b>	<b>1 668 944</b>	<b>311 834</b>	<b>462 829</b>	<b>51 970</b>	<b>573 998</b>	<b>7 475 317</b>	<b>347 904</b>	<b>3 718</b>
Custo das Mercadorias	387 666	0	0	0	0	0	387 666	0	0	0
Custo dos Géneros alimentares	7 656	7 656	0	0	0	0	0	0	0	0
Custo dos Ativos biológicos	125	0	125	0	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	8 112 705	27 021	669 817	119 263	84 510	35 012	39 906	7 098 968	27 493	10 715
Custos com pessoal	2 024 463	163 235	1 115 766	246 134	290 174	28 947	118 611	39 276	0	22 320
Amortizações e ajustamentos	132 908	3 288	35 893	6 861	3 501	392	15 024	56 971	9 940	1 038
Perdas por imparidade	1 533	0	0	0	1 533	0	0	0	0	0
Outros gastos e perdas	52 174	1 838	17 460	1 761	5 732	0	11 919	4 800	7 322	1 342
Perdas por reduções de justo valor	685	0	685	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total dos Gastos</b>	<b>10 719 915</b>	<b>203 038</b>	<b>1 839 746</b>	<b>374 019</b>	<b>385 450</b>	<b>64 351</b>	<b>573 126</b>	<b>7 200 015</b>	<b>44 755</b>	<b>35 415</b>
<b>Resultado Operacional</b>	<b>320 304</b>	<b>-59 333</b>	<b>-170 802</b>	<b>-62 185</b>	<b>77 379</b>	<b>-12 381</b>	<b>872</b>	<b>275 302</b>	<b>303 149</b>	<b>-31 697</b>
Juros obtidos	37 720	0	0	0	0	0	0	0	37 720	0
Gastos de financiamento										
	<b>37 720</b>								<b>37 720</b>	
<b>Resultado Líquido 2017</b>	<b>358 024</b>	<b>-59 333</b>	<b>-170 802</b>	<b>-62 185</b>	<b>77 379</b>	<b>-12 381</b>	<b>872</b>	<b>275 302</b>	<b>340 869</b>	<b>-31 697</b>

### **13.16. Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Mesa Administrativa no dia 21 de Fevereiro de 2018.

CONTABILISTA CERTIFICADA

Inscrita na OCC sob o nº 17027

A MESA ADMINISTRATIVA